



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROGRAMA NOVOS RUMOS**

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA NOVOS RUMOS**

**Ano 2012**

**I. APACs**

No início de 2012 havia aproximadamente 1500 (hum mil e quinhentos) recuperandos cumprindo pena nos 31 (trinta e um) Centros de Reintegração Social das APACs em funcionamento no Estado de Minas Gerais. Ao término do ano, constatamos a ampliação das unidades, com a instalação e funcionamento das APACs de Pedra Azul, Manhuaçu e a feminina de Pouso Alegre.

Chegamos há aproximadamente 2.100 (dois mil e cem) recuperandos no Estado, alcançando a quarta unidade exclusivamente feminina. Foram realizadas audiências públicas em Guanhães, Ibiá, Caeté, Passos, Sacramento e Montes Claros, além de efetiva participação em jornadas realizadas em Paracatu, Santa Luzia e Itaúna.

Apoiamos o curso de gestores das APACs, promovemos o lançamento da primeira obra doutrinária sobre o método, "A Execução Penal à Luz do Método APAC".

Estabelecemos parcerias para alfabetização e capacitação de recuperandos em Parceria com o Instituto Minas Pela Paz nas comarcas de Itaúna, Nova Lima, Lagoa da Prata, Machado, Perdões e Ituiutaba.

Coordenamos a terceira campanha de natal dos filhos de recuperandos das APACs e promovemos a edição e produção de Vídeo Institucional sobre a metodologia.

Estivemos presentes e coordenando o VII Congresso Nacional das APACs, evento que durou quatro dias, onde estiveram representantes de 17 unidades da federação, além de comitivas de 12 países da América e Europa.

Apresentamos nossa proposta em outros Estados, principalmente no Espírito Santo, que possui movimento forte e que está abrindo as portas para grande intercâmbio com Minas Gerais. Recebemos diversas comitivas nacionais



## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS PROGRAMA NOVOS RUMOS**

(Paraná, Espírito Santo, Rondônia, Goiás, Rio Grande do Norte e Maranhão) e do estrangeiro (Paraguai, Chile e Itália).

A Comunidade Europeia nos recebeu para discutirmos a proposta desenvolvida em Minas Gerais abrindo expectativa de novas parcerias para o trabalho das APACs.

Por fim a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública – o ENASP – órgão composto pelo Ministério da Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público e Conselho Nacional de Justiça reconheceu nas APACs modelo a ser seguido pela excelência de seus resultados alcançados no Estado de Minas Gerais.

### **II. PAI-PJ**

O Núcleo Supervisor do PAI-PJ durante o ano de 2012 acompanhou 968 novos casos. O Núcleo Regional de Belo Horizonte, 247 casos, Barbacena, 72 casos, Governador Valadares, 60 casos e Ipatinga, 89 casos. Ainda em fase de implantação os núcleos de Itaúna, Divinópolis e Teófilo Otoni atenderam 26, 21 e 12 novos casos, respectivamente. Além destes, foram identificados pela Coordenação do Novos Rumos mais 396 casos, dos quais 96 já foram objeto de estudos do PAI-PJ.

A metodologia do PAI-PJ se afirmou durante o ano ao participar de diversos encontros: - Oficinas sobre Saúde Mental no Sistema Prisional em Brasília; - Os desafios da implantação da Lei 10.216/2001 no Brasil, no Rio de Janeiro; - Interfaces com o Direito e Psicanálise em São Bernardo do Campo; - Os desafios da implantação da Lei 10.216/2001 no Brasil em Recife; - Pensando a aplicação da Lei 10.216/01 as medidas de Segurança em Porto Alegre; - V conferência internacional de Direitos Humanos no Espírito Santo; - Qualificação de Profissionais que atuam nas Políticas Públicas em Brasília.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROGRAMA NOVOS RUMOS**

**III. GMF – Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Medidas Socioeducativas e de Segurança**

Ao longo do ano foi dado andamento no acompanhamento dos casos de irregularidades no sistema penitenciário e de medidas de segurança e sócio-educativas no Estado de Minas Gerais.

Foram monitoradas vagas, transferências e situações irregulares de presídios, penitenciárias, estabelecimentos de internação, acautelamento e até manicômios judiciários.

Ao todo iniciaram 1.166 procedimentos, dos quais foram encerrados 896 procedimentos, todos devidamente relatados, após o derradeiro encaminhamento, comunicando-se aos órgãos envolvidos à medida que ocorriam as demandas.

Em sintonia com o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Sócio-educativas do CNJ foram criadas metas as quais estão sendo desenvolvidas em Minas Gerais, a saber:

Meta 1- Realização de mutirão em medidas de segurança/Criação de rede de atendimento; *“aqui o PAI-PJ já identificou todos os processos ativos no Estado de Minas Gerais, deflagrando movimento para a verificação individualizada de cada caso”*;

Meta 2- Programa de atenção à mulher encarcerada, neste ponto o Estado de Minas Gerais está prestes a assinar termo para manutenção das mulheres presas e condenadas em estabelecimentos exclusivamente femininos;

Meta 3- Criação e incentivo de Conselhos da Comunidade, está sendo elaborado cartilha informativa para a motivação da criação e consolidação dos conselhos em todas as comarcas mineiras;

Meta 4- Intensificação das ações do Projeto Começar de Novo; *vide item IV*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PROGRAMA NOVOS RUMOS**

Meta 5- Acompanhamento do processo de gestão de varas, *“foi criado o Projeto “Gestão de Primeira” versão Mineira do Projeto Eficiência do CNJ, sendo que até meados de 2013 será aplicado nas principais varas de execuções penais de Minas Gerais”;*

Meta 6- Auxílio na fiscalização do cumprimento das penas e medidas alternativas, *“foi assinado convênio com o Governo do Estado de Minas Gerais garantindo existência de Centrais de Penas Alternativas nas Principais Comarcas de Minas Gerais”;*

Meta 7- Organização de mutirões carcerários anuais - *“os mutirões estão ocorrendo à medida em que for concluída a implantação do Projeto “Gestão de Primeira” nas Varas de Execução Penal do Estado”;*

Meta 8- Programas de atenção ao preso provisório e eficácia das medidas cautelares: *“dois projetos pilotos estão sendo implementados na região metropolitana de Belo Horizonte: - a Central de Flagrantes que busca acima de tudo celeridade e qualidade na concessão de benefícios na liberdade provisória; - a monitoração eletrônica de presos com a colocação de tornozeleiras para favorecer condenados a penas privativas de liberdade”.*

Meta 9- Programa de atenção ao preso estrangeiro; *“Foram identificados todos os presos estrangeiros no Estado de Minas Gerais , comunicando-se os consulados respectivos, bem como a Defensoria Pública, sendo que em menos de 6 meses o número de pessoas encarceradas reduziu pela metade”*

Além de tudo isso, em conjunto com a Coordenadoria da Infância e Juventude - COINJ foi obtido Protocolo de Intenções junto ao Governo do Estado de Minas Gerais assegurando que até abril de 2014 não será mais necessária a colocação provisória de adolescentes em estabelecimentos destinados a adultos. Restou assegurada a construção de novas unidades de internação em Lavras, Unaí e Ipatinga.



## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS PROGRAMA NOVOS RUMOS**

### **IV. Começar de Novo**

O ano de 2012 findou-se com 12.339 vagas de trabalho preenchidas pela população carcerária e 6.296 presos estudando. Assim, alcançou-se o objetivo do programa de promover a cidadania e conseqüentemente reduzir a reincidência de crimes.

Além disto, em parceria com o Instituto Minas pela Paz foram desenvolvidas atividades com detentos das APACS com aplicação de cursos de educação básica, nos ensinos fundamental e médio, através do SESI/MG e cursos de qualificação profissional e formação para o trabalho em parceria com o SENAI/MG no total de 370 atendimentos. Identificou-se que no trabalho em parceria com o referido instituto, foram inseridos no mercado formal de trabalho 350 egressos do sistema prisional, incluindo-se aqui ex-recuperandos das APACs.

### **V. Grupo de Cooperação Judicial**

A cooperação judicial no ano de 2012 esteve nas Comarcas de Contagem (2ª, 3ª Criminais e Vara de Júris) Esmeraldas, Matozinhos, Montes Claros (Vara de Júri e 2ª Criminal) Pedra Azul, Santa Luzia, Tupaciguara, Coronel Fabriciano, Jacinto, Nova Resende, Itaguara, Paraopeba, Santa Maria do Suaçuí, Almenara, Monte Azul, Andrelândia, Ervália, Novo Cruzeiro, Arinos, Bom Despacho, Campos Gerais, Rio Casca, Taiobeiras, Unaí, Janaúba, Manhumirim e Muriaé.

Nestas 29 comarcas foram proferidas 5.118 sentenças e 3.825 despachos, devolvendo os processos devidamente movimentados e publicados, esvaziando-se gabinetes judiciais reconhecidamente sem condições humanas de dar conta efetiva do trabalho, sem prejuízo de outras atribuições.

Além de tudo isto o Grupo de Cooperação Judicial liderou as ações buscando a efetividade das metas 3 e 4 do Enasp que pretendem solucionar os processos relativos a crimes dolosos contra a vida nos Estados brasileiros.



## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS PROGRAMA NOVOS RUMOS**

Os trabalhos passaram por visitas a Procuradoria Geral de Justiça, à Defensoria Geral do Estado, à Secretaria de Estado de Defesa Social, buscando sensibilizar a todos da necessidade de grande gestão para solucionar as pendências.

Todos os órgãos, indistintamente, colocaram-se à disposição para as tarefas, as quais contaminaram todo território mineiro na busca da eficácia da jurisdição.

Em Minas Gerais foram identificados 5.303 processos relacionados à Meta 3 (sumário da culpa) passando a haver grande articulação buscando a solução da pendência. Ao término de seis meses encontra-se solucionada mais de 75,01% da meta, com expectativa de que até o final de 2013 todos os processos sejam alcançados nesta tarefa.

A Meta 4 (realização de Júris) possuía um acervo de 5.002 processos em todo Estado de Minas Gerais. Neste ponto o Grupo de Cooperação Judicial foi fundamental pois teve atuação efetiva na presidência de 190 sessões do Tribunal do Júri do Estado. Ao final, verificou-se que 60,21% da meta encontra-se concluída, com a possibilidade de alcançá-la em 100% até dezembro de 2013.

A Cooperação Judicial também estendeu suas tarefas em mutirões nas Varas de Execução Penal de Ribeirão das Neves e Igarapé. Na primeira, entre março e abril de 2012 foram analisados 1.433 processos, sendo 79 sentenças, 1.226 decisões e 619 despachos. Saliente-se que desde setembro de 2012 existe cooperação permanente na VEC de Ribeirão das Neves, principalmente na realização de audiências de justificação e despachos. Já em Igarapé o mutirão alcançou em novembro e dezembro a análise de mais de 350 processos resultando na concessão de 101 benefícios aos presos que ali cumprem pena.

Além de todas as tarefas, em forma de cooperação são conhecidos e decididos todos os processos relativos aos aproximadamente 170 presos que cumpre pena na APAC de Santa Luzia. A experiência busca o aprimoramento permanente das ações do programa, sua proximidade com a metodologia, seus desafios e resultados, buscando que o Magistrado que por aqui



## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS PROGRAMA NOVOS RUMOS**

passa a conhecer bem esta metodologia, e seja sempre um embaixador permanente do que se desenvolve ali.

Ao longo do ano foram realizadas em Santa Luzia 366 audiências, proferidas 283 decisões relativas a condenados que ali cumprem pena, sendo que todos os despachos, publicações e intimações ficam por conta da equipe de apoio do Programa Novos Rumos.

### **Expectativas para o ano de 2013**

Espera-se sejam concluídos os Centros de Reintegração Social das APACs de São João Del Rei, Inhapim, Rio Piracicaba, Itajubá, Araxá e Sacramento. Além disto, espera-se pela ampliação do CRS de Pedra Azul, Caratinga e Paracatu.

Concluídas tais obras existe possibilidade real de que o número de recuperandos em APACs passe de 2.500. Além de tudo isto espera-se a consolidação do método nas Comarcas já existentes, bem como a propagação do que vem sendo aplicado como forma de manter Minas Gerais referência inovadora na Execução penal para o Brasil.

Com relação ao PAI-PJ o que mais se espera é a conclusão do mutirão dos processos de medida de segurança em todo o estado o que será capaz de definir, de forma equilibrada, futuros planos quanto a esta camada esquecida da população para uma política eficaz a partir de 2014.

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização espera consolidar as nove metas em desenvolvimento a fim de traçar e propor Política Pública de Encarceramento e Medidas Penalizadoras em meio aberto para otimização do sistema Penitenciário Mineiro.

O Projeto Começar de Novo, tem ganhado fôlego e para o ano de 2013 a proposta é do aumento substancial de oportunidade de trabalhos a sentenciados e também aos egressos do sistema prisional, mantendo Minas Gerais como líder nesta iniciativa no Brasil.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PROGRAMA NOVOS RUMOS**

Por fim, o Grupo de Cooperação Judicial espera poder auxiliar o Judiciário Mineiro na realização de mais de 600 sessões de julgamento pelo Tribunal do Juri, principalmente nas Comarcas de Belo Horizonte, Contagem, Santa Luzia, Vespasiano, Ribeirão das Neves, Uberlândia e Montes Claros, cujas pautas encontram-se sobrecarregas, conforme plano em anexo.

Esperam também continuar a exercer a jurisdição nas Comarcas recomendadas pela Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, principalmente para proferir decisões em processos que aguardam sentença.